

A LINGUÍSTICA TEXTUAL NA PRÁTICA DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Agnaldo MARTINO¹

Doutor em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Este artigo visa a explicitar a forma como a Linguística Textual contribui para o aprimoramento das mais importantes formas de operações didáticas no ensino de leitura: a compreensão e a interpretação de texto. Não faltam trabalhos que abordam grande variedade de elementos textuais, tornando conceitos como coesão, coerência, inferência, conhecimento de mundo, argumentação etc. bastante conhecidos, mas subsiste a dúvida sobre como o professor de língua portuguesa pode utilizar esses conceitos nas atividades de leitura. A conceituação de “texto” mudou bastante, desde que começou a ser estudado. Isso faz com que a maneira como nos posicionamos diante dele também deva ser alterada. O texto admite “múltiplas” possibilidades de entendimento, porém não admite “qualquer” possibilidade, pois existem mecanismos que, nele inseridos pelo autor, podem guiar-nos na escolha de um e outro entendimento. Assim, a compreensão e a interpretação do texto partem da intenção de apreender o significado do texto na interação autor/leitor. Há grande importância no desenvolvimento da compreensão/interpretação de textos para a formação atuante – no que diz respeito à vivência social, política e cultural – do indivíduo. Este artigo abre, então, espaço para a possibilidade de sistematizar estratégias, no que se refere ao modo de organizar o texto.

Palavras-chave: Texto. Interpretação. Compreensão. Linguística Textual.

Considerações iniciais

A compreensão de texto pressupõe uma definição do papel do leitor na construção de sentidos, e destes com o mundo e seus objetos. Assim, podemos inquirir: “Existe uma relação entre as coisas e as palavras que as nomeiam?” e “Como o leitor interfere no processo de produção de sentidos?”. O papel do leitor se define, no transcurso da história, de maneiras diferentes, uma vez que a própria constituição dos leitores, sua visão de linguagem e de mundo se alteram ao longo do tempo, uma vez que as formas das sociedades não são constantes.

Partindo dessa definição de *compreensão de texto* e ampliando-a para o fato de que o texto tem vários sentidos possíveis, dependendo de muitas variáveis em relação ao leitor – *conhecimento compartilhado, vivência, meio e interação, conhecimento de mundo etc.* –,

¹ Endereço eletrônico: agnaldomartino@uol.com.br

surge uma questão: como os muitos alunos presentes numa sala de aula, que leem um *mesmo* texto, podem chegar ao entendimento desse texto dado?

A percepção dos elementos estruturais do texto (lexicais, gramaticais, semânticos, discursivos *etc.*) é um aspecto importante na construção de sentidos. Outro aspecto a ser considerado é o de que cada leitor é *um* leitor; cada leitor trará para o texto as suas próprias experiências de leitura; cada leitor compreenderá o texto de uma forma, dentre as várias permitidas pelo texto (*várias formas* e não de qualquer forma).

Existem muitas variáveis a serem estudadas para se chegar à compreensão/interpretação de um texto. Assim, para responder à pergunta feita acima, devemos levar em conta a noção de texto, a coesão, a coerência e outros aspectos da leitura e compreensão.

Noção de texto

Antes de qualquer observação a respeito da compreensão de textos, faz-se necessária a conceituação de **texto**, já que não é qualquer aglomerado de frases que se pode chamar assim. É preciso verificar a viabilidade de um anunciado ser ou não um texto. Para isso, baseamos nas definições de alguns autores que se dispuseram a tratar do assunto.

Fávero (2005, p. 6) afirma:

O texto consiste [...] em qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão. Trata-se, pois, de um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos princípios de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, e intertextualidade. (FÁVERO, 2005, p. 6)

De modo geral, é a mesma definição dada por Bronckart (2003, p. 75) quando diz: “Chamamos de texto toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação)”.

Segundo Fávero e Koch (1994, p. 25), o texto é “constituído de vários componentes estilísticos, esquemáticos, retóricos, não se limitando, assim, a componentes simplesmente gramaticais”. No sentido *lato*, designa qualquer manifestação da capacidade textual do indivíduo que abrange qualquer tipo de comunicação realizado por meio de um sistema de signos, tais como: poemas, músicas, pinturas, filmes, esculturas *etc.* No sentido *estrito*,

consiste na formação de um todo significativo que independe de sua extensão, pois trata-se de uma unidade de sentido, “de um conteúdo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela ‘tessitura’ do texto”. (FÁVERO E KOCH, 1994, p. 25)

Por *tessitura* do texto, entendem-se os princípios de textualidade, em especial, a coesão e a coerência, visto que elas podem garantir que um texto seja concebido como tal e não como um simples conjunto de palavras ou frases. É o que ressalta Medeiros (1996, p. 113), ao definir *texto* como “um tecido verbal estruturado de tal forma que as ideias formam um todo coeso, uno, coerente”.

A imagem de tecido contribui para esclarecer que não se trata de frases soltas, muito menos de uma simples ordenação de cadeias significativas, uma vez que os signos individuais que constroem uma sequência textual interligam-se por múltiplas relações de ordem sintática e semântica. São segmentos de signos verbais ordenados sistematicamente, de modo a manifestar um único direcionamento.

Em se tratando de textos escritos, o convívio com eles faz com que o leitor adquira a capacidade de apreender tanto suas formas quanto seus conteúdos. Isso ocorre porque suas formas e seus conteúdos não podem ser vistos como fatores separados. Supõe-se, dessa prática, uma atitude produtiva em que o leitor sai modificado por aderir aos pontos de vista com que compreende o mundo ou por modificar seus pontos de vista em face do diálogo mantido por meio do texto com seu *autor* – este compreendido sob o ponto de vista de Foucault (2004, p. 26): “autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”.

O texto escrito proporciona ao indivíduo a faculdade de materializar significados e intenções de um dos interagentes a distância, em que a base textual sobre a qual ele se apoia é inerente a um processo de elaboração. É nisso que reside a complexidade do ato de leitura, pois, segundo Kleiman (2004, p. 10),

a compreensão de um texto escrito envolve a compreensão de frases e sentenças, de argumentos, de provas formais e informais, de objetivos, de intenções, muitas vezes de ações e de motivações, isto é, abrange muitas das possíveis dimensões do ato de compreender, se pensarmos que a compreensão verbal inclui desde a compreensão de uma charada até a compreensão de uma obra de arte. (KLEIMAN, 2004, p. 10)

A clareza de um texto escrito está intrinsecamente ligada às possibilidades de interpretação que ele apresenta, já que o produtor do texto deve conhecer o idioma e suas

regras gramaticais para deixar claros seus objetivos, ou ideias, que deseja transmitir. A produção de um texto escrito envolve problemas específicos de estruturação do discurso, de coesão, de argumentação, de organização das ideias e escolha das palavras, do objetivo e do destinatário do texto *etc.*

Não basta que o texto atinja um estado satisfatório para o escritor; é preciso que ele se conscientize de que, para ser qualificado, “precisa de um objetivo bem definido, que é o de fornecer subsídios para que alguém *leia*” (Cf. CAGLIARI, 1996, p. 104).

A escrita, por si só, assim como as várias outras formas de representação do mundo (cartazes, placas, desenhos *etc.*), não induz à leitura. Essa leitura deve ser motivada, isto é, quem escreve espera do leitor que interprete o que está escrito, não pelo puro prazer de fazê-lo, mas para realizar algo que a escrita indique, aponte, motive.

A produção de um texto, então, ocorre no interior de um processo interlocutivo. Esse processo é marcado pelos sujeitos nele envolvidos e pelas práticas históricas que foram se constituindo ao longo do tempo, no interior de cada instituição social, pois “na comunicação pelo idioma, o texto apresentará frequentemente o dito, e o ‘não dito’, mas nele inserido, capaz de ser filtrado mediante recursos idiomáticos” (cf. LEITE, 1985, p. 16).

Citelli (2005, p. 22), ao discorrer sobre a noção de texto, que pode ser aplicada tanto para as manifestações orais como para as escritas, ressalta que nesses processos tal ocorrência se dá como uma forma de elaboração de “uma rede de significados com vistas a informar, explicar, discordar, convencer, aconselhar, ordenar”.

Então, ao escrever, o indivíduo manifesta o desejo de se comunicar, buscando ser entendido, e deseja estabelecer contratos verbais com o leitor. Para atingir essa finalidade, o autor deixa marcas em seus textos para que possam ser seguidas pelo leitor. As palavras ou frases articuladas produzem significações que são dotadas de intencionalidade, ganhando sentidos pela interferência dos destinatários, criando as unidades textuais. A constituição dos sentidos requisita que sejam adotados certos procedimentos que vão desde a escolha dos vocábulos até as relações entre eles e as frases.

A produção de um texto exige mais do que a junção aleatória de palavras e frases, é um processo no qual o locutor, no momento em que o produz, deve levar em consideração o fato de que o está escrevendo não para si, mas para outra pessoa: um interlocutor – que necessita fazer uso de processos cognitivos para chegar à compreensão, que deve estar apto a perceber as marcas deixadas pelo autor, no ato de produção.

Guimarães (2004, p. 195) frisa isso ao afirmar que, para tornar concreto um ato de compreensão,

é necessário que o sujeito reúna determinadas condições: possua a competência pragmática correspondente às mensagens do texto e do discurso; domine traços de referência de conteúdos; busque no texto a mensagem pretendida pelo autor; utilize estratégias e habilidades adequadas ao exercício de compreensão/interpretação. (GUIMARÃES, 2004, p. 195)

Isso leva a crer que o autor não poderá despojar-se de critérios para fazer-se compreender; ele deve preocupar-se com o fato de que os seus interlocutores poderão deixar de preencher possíveis *lacunas* deixadas no seu texto, visto que “toda e qualquer atividade linguística (produção de texto) está impregnada da visão de mundo que os usuários têm, construída pela atividade da inteligência e pelo grupo em que se insere, numa dinâmica”. (SILVEIRA E LEITE, 1985, p. 117)

Coesão e Coerência

A coesão e a coerência contribuem para conferir textualidade a um conjunto de enunciados. Assim, a coesão, manifestada no nível microtextual, se refere ao modo como os vocábulos se ligam dentro de uma sequência. E a coerência, manifestada em grande parte em nível macrotextual, é o resultado da possibilidade de se estabelecer alguma forma de unidade ou relação entre os elementos do texto.

É importante lembrar que a coesão auxilia no estabelecimento da coerência, embora, às vezes, a coesão nem sempre se manifeste explicitamente através de marcas linguísticas, o que faz concluir que pode haver textos coerentes mesmo que não tenham coesão explícita. E tão importante quanto conhecer os conceitos de coerência e coesão é saber de que maneira esses fenômenos contribuem para tornar um texto inteligível.

A compreensão do texto está diretamente relacionada à maneira como se percebem a coesão e a coerência, dando a ele muitas possibilidades de leitura. Porém, um texto admite *múltiplas* leituras, mas não admite *toda* leitura, é o que afirma Fiorin (2004, p. 81):

Inúmeras vezes ouvimos dizer que o texto é aberto e que, por isso, qualquer interpretação de um texto é válida. Quando se diz que um texto está aberto para várias leituras, isso significa que ele admite mais de uma e não toda e qualquer leitura. Qual é a diferença? As diversas leituras que o texto aceita já estão nele inscritas como possibilidades. Isso quer dizer que o texto que

admite múltiplas interpretações possui indicadores de polissemia. Assim, as várias leituras não se fazem a partir do arbítrio do leitor, mas das virtualidades significativas presentes no texto. (FIORIN, 2004, p. 81)

A coesão e a coerência tornam-se, desse modo, ponto de partida para a compreensão de um texto. Um texto possui coesão quando seus vários enunciados estão articulados entre si, ou seja, quando há concatenação entre eles. A coesão é o encadeamento – por meio de elementos coesivos – que pode produzir a textualidade; trata-se de recuperar, em um enunciado, um termo presente em outro.

Marcuschi (1983, p. 12) assim define os elementos de coesão: “são aqueles que dão conta da sequenciação superficial do texto, isto é, os mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido”. Ao fazer uso de elementos coesivos, o texto adquire um toque especial de legibilidade, o que explicita os tipos de relações estabelecidas entre os elementos linguísticos que o compõem.

Já a coerência está ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação daquilo que se diz ou escreve. Por isso, uma simples frase, um texto de jornal, uma obra literária (romance, novela, poema *etc.*), uma conversa animada, um discurso de um político ou de um operário, uma canção, enfim, qualquer comunicação – independentemente de sua extensão – precisa ter sentido, ou seja, precisa ter coerência.

A coerência se estabelece numa situação comunicativa. Na verdade, quando se diz que um texto é incoerente, é preciso esclarecer que motivos levam a tal afirmação. Ele pode ser incoerente em uma determinada situação – por exemplo –, porque quem o produziu não soube adequá-lo ao leitor, não valorizou suficientemente a questão da comunicabilidade, não obedeceu ao código linguístico, enfim, não levou em conta o fato de que a coerência está diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto.

No dia a dia, são comuns comentários do tipo: *Isto não tem coerência. Esta frase não tem coerência*, ou ainda, *O seu texto está incoerente*. O que leva as pessoas a fazerem tais observações, provavelmente, seja o fato de perceberem que, por algum motivo, escapa a elas o entendimento de uma frase ou de todo o texto.

A coerência de uma frase, de um texto não se define apenas pelo modo como elementos linguísticos se combinam, ela depende também do conhecimento do mundo partilhado pelos interlocutores, bem como do gênero de texto em questão. O sentido do texto é viabilizado pela combinação dos elementos presentes numa progressão harmoniosa.

Ao ler uma frase como *No verão passado, quando estivemos em Natal, Rio Grande do Norte, não aproveitamos a praia, pois o frio era tanto que chegou a nevar*, percebe-se que ela

é incoerente em decorrência da incompatibilidade entre um conhecimento prévio que se tem da realidade e o que se relata. Sabe-se que, considerando uma realidade “normal”, em Natal não neva (ainda mais no verão!).

Claro que, inserido numa narrativa ficcional fantástica, o exemplo dado poderia fazer sentido, dando coerência ao texto – nesse caso, o contexto seria a “anormalidade” e prevaleceria a coerência interna da narrativa.

No caso de apresentar uma inadequação entre o que informa e a realidade “normal” pré-conhecida, para guardar a coerência, o texto deve apresentar elementos linguísticos instruindo o leitor acerca dessa anormalidade.

Uma afirmação como *Foi um verdadeiro milagre! O cachorro caiu do décimo andar e não sofreu nenhum arranhão* é coerente, na medida em que a frase inicial (*Foi um verdadeiro milagre*) instrui o leitor para a anormalidade do fato narrado.

Dessa forma, o leitor compreende o texto por meio desses elementos linguísticos empregados pelo autor. Mas isso apenas ainda não é suficiente para que o texto seja compreendido, visto que, segundo Rodriguez (2003, p. 48),

o estatuto da interpretação não será o mesmo ao longo da história. A pergunta **o que é interpretar** e o que isso tem a ver com a constituição dos sentidos, com o funcionamento da língua, e qual sua relação com a realidade do sujeito, com o meio em que vive, não será, portanto, respondida sempre da mesma maneira. (RODRIGUEZ, 2003, p. 48)

Não só essa autora, mas muitos outros têm a mesma visão a respeito da interpretação/compreensão de um texto. Podemos citar Bachelard (2000, p. 18), em seu estudo a respeito do *novo espírito científico*. Para ele, a própria objetividade é anfibológica, “é talvez na atividade científica que se vê mais claramente o duplo sentido do ideal de objetividade, o valor ao mesmo tempo real e social da objetivação”.

Assim, para se chegar a *uma* resposta sobre a compreensão de texto em provas de concursos públicos, deve-se partir dos princípios de coesão e coerência, verificando-se padrões e formas (cf. MARCUSCHI, 1999) presentes no texto.

Blikstein (2004, p. 46) reafirma tal ideia e propõe: “se quisermos ser claros e objetivos, visando à obtenção de uma descodificação e resposta uniformes, utilizaremos códigos fechados”².

² [Código] aberto: característica de um código que possibilita mais de um significado e mais de uma descodificação para um mesmo signo (unidade constitutiva da mensagem). [...] fechado: característica de um

Há, no texto, elementos linguísticos que podem e devem ter o mesmo valor para todos os usuários da língua; se assim não fosse, como seria a comunicação do dia a dia – em casa, no trabalho, no lazer com os amigos? Saussure (2004[1916]) faz uma analogia interessante, que ampara essa afirmação:

A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independa da vontade dos depositários. (SAUSSURE, 2004[1916], p. 27)

Leitura, compreensão e interpretação

Os princípios da coesão e da coerência são fundamentais para que se compreenda um texto, contudo é necessário levar em conta outros elementos importantes da leitura que possibilitem a compreensão do texto.

A leitura atenta é o passo prévio para toda compreensão. Smith (1999, p. 107-108) diz que *leitura é*

fazer perguntas ao texto escrito. E a leitura com compreensão se torna uma questão de obter respostas para as perguntas feitas. (...) a informação que responde às perguntas é encontrada em um texto escrito ou impresso. Você é capaz de ler uma lista telefônica quando pode encontrar a resposta para a sua pergunta sobre o número da pessoa para quem você quer telefonar. Você pode ler um cardápio quando procura encontrar uma informação sobre a especialidade da casa. Você pode ler um romance ou um texto quando é capaz de obter informação suficiente do mesmo para saber que nenhuma das suas perguntas ficou sem resposta, que não se sente confuso nem perplexo. (SMITH, 1999, p. 107-108)

Esse “fazer perguntas ao texto” é uma das maneiras de se comprovar a captação de sentidos do texto. Outras maneiras de utilizar a informação retida pela leitura são apresentadas por Guimarães (2004, p. 196): “Uma maneira de que o leitor dispõe para se dar conta de que efetivamente captou o sentido do texto/discurso consiste em utilizar a informação adquirida por meio da leitura em tarefas que exigem verbalização, tais como parafrasear, resumir, formular e contestar perguntas pertinentes”.

A captação de sentidos do texto se dá por meio de vários mecanismos, princípios e elementos observados. É preciso trabalhar com alguns ao mesmo tempo para se chegar a tais possíveis sentidos. A seguir, definem-se alguns itens importantes na compreensão do texto:

a) Significação:

No processo de construção do sentido do texto, uma das maneiras pelas quais se pode chegar à sua ideia global é pela observação dos elementos coesivos e da coerência entre as várias partes dos enunciados. Essa ideia global pode ser chamada de *sentido do texto*.

Segundo Cereja (2005, p. 202), a construção de sentido se dá pela *significação*, e afirma que esta

existe como capacidade potencial de construir sentido, própria dos signos linguísticos e das formas gramaticais da língua. É o sentido que esses elementos historicamente assumem, em virtude de seus usos reiterados. É, portanto, um estágio mais estável dos signos e dos enunciados, já que seus elementos, como fruto de uma convenção, podem ser utilizados em diferentes enunciações com as mesmas indicações de sentido. (CEREJA, 2005, p. 202)

Percebe-se o fato de o autor citar as *formas gramaticais da língua*. Assim como ele, outros autores são categóricos ao afirmarem que a gramática representa papel muito importante na construção do sentido do texto, pois a *argumentatividade* – “possibilidade de levar o interlocutor a determinados tipos de conclusão, com exclusão de outras, é algo inerente à própria língua” – se dá pela notação das marcas gramaticais inseridas na língua, fazendo com que o leitor chegue a determinadas conclusões, excluindo outras. (cf. KOCH, 2002, p. 160-161).

Para Bakhtin (2003, p. 269), a construção do sentido vai além da observação das formas gramaticais da língua. O autor afirma que nenhum estudo gramatical pode dispensar as observações acerca da *estilística*:

A gramática (e o léxico) se distingue substancialmente da estilística (alguns autores chegam até a colocá-la em oposição à estilística), mas ao mesmo tempo nenhum estudo de gramática (já nem falo de gramática normativa) pode dispensar observações e incursões estilísticas. Em toda uma série de casos é como se fosse obliterada a fronteira entre a gramática e a estilística. (BAKHTIN, 2003, p. 269)

Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss³, *estilística* é “ramo da linguística que estuda a língua na sua função expressiva, analisando o uso dos processos fônicos, sintáticos e de criação de significados que individualizam estilos”.

Bakhtin (2003, p. 269) afirma haver um apagamento dos limites entre gramática e estilística. Assim, a construção de significados dependerá não só da observação de uma ou de outra, mas da observação de ambas, uma vez que, a partir da percepção do *estilo* do texto (*sentidos individualizados*, conforme a definição do dicionário), é possível chegar a algumas conclusões a respeito daquilo que se deseja – por meio dele – transmitir.

Há, de acordo com as ideias apresentadas, maneiras possíveis de se chegar àquilo que o texto transmite. Então, para nós, *significação-construção do sentido-ideia do texto* tornam-se expressões de sentidos equivalentes, posto que a finalidade é uma só: a compreensão do texto.

b) Seleção lexical

De acordo com o conceito de intencionalidade, abordado anteriormente, as escolhas feitas pelo produtor do texto revelam as *ideias possíveis* que o leitor deve captar. Confirma-se essa ideia em Benveniste (1989, p. 230), que fala não só do léxico como também da gramática: “O sentido da frase é de fato a **ideia** que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras”.

Segundo Basílio (2004, p. 25) “o léxico é um depósito de signos construídos” e assim é percebido na leitura, uma vez que há uma ideia preestabelecida para os vocábulos da língua. Um exemplo disso é o paradoxo do jogo semelhança/diferença que há entre as palavras **estátua** e **múmia**: ambas nos remetem a ideia de algo estático, paralisado, porém a primeira traz uma carga semântica positiva, enquanto a segunda nos remete a algo negativo. Há implicações diferentes ao dizer que alguém “está parado como uma estátua”, ou “parado como uma múmia”.

E não é só a mudança de ideia,

a presença de um item lexical pode fazer a diferença entre um texto coerente ou incoerente. O elemento formal funciona aí como o elo que permite ligar as diferentes partes, que antes eram uma sequência de informações que não faziam sentido, pois não estavam relacionadas entre si. (KLEIMAN, 2004, p. 49)

³ Acesso em 27.abr.2015.

É o cuidado com a seleção lexical que garante a ideia de que a paráfrase seja “um desvio mínimo” (cf. SANT’ANNA, 2003, p. 38), por exemplo, em relação ao um texto original.

c) *Polissemia*

Os vocábulos têm caráter polissêmico, ou seja, podem assumir dois ou mais sentidos, dependendo do texto em que aparecem. Segundo Voese (2004, p. 152-153), esse caráter polissêmico e vago do sentido de uma palavra “requer do usuário (...) domínio dos recursos expressivos da língua, de um conjunto de **regras conversacionais ou interativas** que exigem uma enunciação em que estejam presentes a **coerência**, a **coesão** e a **congruência**”.

Então,

A noção de *polissemia* (...) obriga a que se atue com a noção de *pista* que, por sua vez, significa que sempre há diferentes possibilidades de interpretação e de compreensão de um texto. Isso exigirá que qualquer interpretação dada esteja *justificada com argumentos* de ordem da língua, do ato de fala, do evento cultural e do discurso, o que significa atuar com conceitos não espontâneos. (VOESE, 2004, p. 152)

A interpretação, assim, passa de objetiva a subjetiva e vice-versa, dependendo da ideia que cada palavra apresenta dentro de dado contexto; e “uma modificação no contexto pode levar a mudanças tanto no léxico, como na organização estrutural das categorias cognitivas” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p. 25).

A polissemia vai trabalhar a palavra, então, no texto, no contexto em que é inserida, pois não pode haver variação de sentido se a palavra não se relaciona com outras. É a observação desse relacionamento entre as palavras no texto que nos permite dizer qual sentido essa palavra assume. Variando a relação, varia-se também o significado. Ilari e Geraldi (2004, p. 75) afirmam que “o sentido que a expressão assume então no contexto de fala pouco ou nada tem a ver com o sentido que se poderia esperar para a expressão a partir das palavras que a compõem”.

d) *Raciocínio lógico:*

As palavras podem ter caráter polissêmico, mas – no texto – só podem assumir sentidos autorizados pelo contexto. E, para chegar a esses sentidos autorizados, o leitor

utiliza-se do raciocínio lógico verbal. Palma e Zanotto (2000, p. 128-129) definem muito bem essa ideia:

Raciocínios são operações mentais que caminham do mais conhecido para o menos conhecido, partem de pressupostos e chegam a uma conclusão. São operações discursivas, por transitar de uma ideia para outra, passando por intermediários e exigindo o uso da palavra; encadeiam logicamente juízos e deles tiram uma conclusão. O raciocínio concretiza-se no argumento, formalizando-se no silogismo. (PALMA E ZANOTTO, 2000, p. 128-129)

O silogismo, segundo o *aristotelismo*, é um raciocínio dedutivo formalmente estruturado a partir de duas proposições (chamadas premissas), das quais se obtém – por inferência – necessariamente uma terceira, que será chamada de conclusão. Tem-se, então, um silogismo no seguinte raciocínio: “Todas as aves têm penas; o pinguim é uma ave; logo, o pinguim tem penas”.

Os textos autorizam algumas inferências a partir de informações nele contidas, que – quando articuladas entre si – revelam conclusões coerentes implícitas em marcas textuais. Ilari e Geraldi (2004, p. 77) tratam das inferências utilizando em sua obra o termo **implicaturas**. Afirmam que

o uso do termo **implicaturas** se deve ao desejo de distinguir dois fenômenos linguísticos: o fenômeno do acarretamento, em que se infere uma expressão com base apenas no sentido literal de outra; e o fenômeno de que se trata nesta seção [*implicatura*], em que a derivação de um sentido passa obrigatoriamente pelo contexto [...]. (ILARI E GERALDI, 2004, p. 77)

Pode-se, então, indicar (cf. ILARI E GERALDI, 2004) que a estrutura linguística do texto fornece *todas* as informações necessárias para que se compreenda um conteúdo pressuposto. A interpretação se faz captando essas informações e ligando-as de maneira lógica a fim de se obter sentido.

e) Relevância textual

Sabe-se que os textos trazem as marcas deixadas pelo produtor para direcionar o entendimento do leitor. É fundamental que, no processo de leitura, essas marcas sejam decodificadas, percebidas e seguidas, visto que indicam o caminho para se chegar a uma interpretação consensual.

Van Dijk (1979 citado por SOLÉ, 1998, p. 136) dá-nos uma excelente ideia a respeito disso. Para ele, a relevância textual

refere-se à importância atribuída aos conteúdos de um texto em função de sua estrutura e dos sinais utilizados pelo autor para marcar o que ele considerou mais importante – tema; comentários; sinais semânticos; palavras e frases temáticas; repetições; síntese; resumos e introduções; sinais léxicos: ‘o importante...’, ‘o relevante é...’; sinais sintáticos; ordem das palavras e das frases; sinais gráficos: tipo e tamanho das letras, enumerações, grifos. (VAN DIJK, 1979 citado por SOLÉ, 1998, p. 136)

Ao posicionar-se dessa maneira, Van Dijk (1979) concentra muitas das ideias dadas por outros autores, já apresentadas neste texto.

Conclusão

Conhecer os recursos que tornam um texto coeso, conhecer regras de sua coerência representam um benefício, já que o texto deixa de ser um enigma e passa a revelar informações que até então pareciam ininteligíveis. Compreender os mecanismos de textualidade acarreta um *outro* olhar sobre o texto, sobre sua forma de funcionamento e sobre a ideia que ele apresenta (cf. ANTUNES, 2005).

As marcas textuais percebidas na análise dos elementos de coesão e nas relações de conexão conceitual-cognitiva (coerência) ajudam a dirigir o entendimento do aluno para um entendimento do texto. Nas palavras de Fiorin (2004, p. 9), “assim como ensinamos aos alunos, por exemplos, a coordenação e a subordinação como processos de estruturação do período, é preciso ensinar-lhes a gramática do discurso, para que possam, com mais eficácia, interpretar e redigir textos”.

Utilizando as estratégias de análise que evidenciam a gramática do discurso, responde-se à pergunta inicial “Como os muitos alunos presentes numa sala de aula, que leem um *mesmo* texto, podem chegar ao entendimento desse texto dado?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Coleção *Na ponta da língua*, v. 13)

BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000. (Biblioteca Tempo Universitário, v. 12)

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- BASILIO, Margarida. *Teoria lexical*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série *Princípios*)
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1989.
- BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 20ª ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série *Princípios*)
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado. São Paulo: EDUC, 2003.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & linguística*. 9ª ed. São Paulo: Scipione, 1996.
- CEREJA, William. Significação e tema. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 201-220.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2005. (Série *Princípios*)
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Linguística textual: introdução*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2005. (Série *Princípios*)
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção *Repensando a Língua Portuguesa*)
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.
- GUIMARÃES, Elisa. Procedimento discursivo e organização textual no processo ensino-aprendizagem. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa em caleidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004. p.189-196. (Série *Eventos*)
- ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série *Princípios*)
- KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 9ª ed. Campinas: Pontes, 2004.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7ª ed. rev. São Paulo: Contexto, 2002.
- LEITE, Cília Coelho Pereira (Madre Olívia). Gramática de texto e sintaxe-semântica. In: LEITE, Cília Coelho Pereira; FÁVERO, Leonor Lopes; SILVEIRA, Regina Cecília Pagliuchi. (orgs.). *Sintaxe-Semântica base para gramática de texto*. São Paulo: Cortez, 1985. (Série *Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino*, v. 10)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto, o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. (Série *Debates*, v. 1)

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O processo de referenciação na produção discursiva. In: HORA, Demerval da; CHRISTIANO, Elizabeth (Orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa/PB: Idéia, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p.17-52. (Coleção *Clássicos da Linguística*)

PALMA, Dieli Vesaro; ZANOTTO, Mara Sophia. Retórica e argumentação. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: teoria e método*. São Paulo: EDUC, 2000. p. 115-144.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni (Org.). *A leitura e os leitores*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 47-58.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase e cia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série *Princípios*)

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 26ª ed. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004[1916].

SILVEIRA, Regina Cecília Pugliuchi.; LEITE, Cília Coelho Pereira (Madre Olívia). Relações/valores textuais. In: LEITE, Cília Coelho Pereira; FÁVERO, Leonor Lopes; SILVEIRA, Regina Cecília Pugliuchi (orgs.). *Sintaxe-Semântica base para gramática de texto*. São Paulo: Cortez, 1985. (Série *Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino*, v. 10)

SMITH, Frank. *Leitura significativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VOESE, Ingo. *Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção *Aprender e ensinar com textos*, v. 13)

ABSTRACT

This article aims to explain how the textual language contributes to the improvement of the most important ways of teaching operations in reading instruction: understanding and interpreting text. They abound work addressing wide variety of textual elements, making concepts like cohesion, coherence, inference, world knowledge, reasoning, etc. well known, but there remains the question of how the portuguese language teacher can use these concepts in reading activities. The concept of "text" has changed a lot since it began to be studied. This makes the way we position before him in should also be changed. The text acknowledges "multiple" of understanding possibilities, but does not admit "any" possibility, as there are mechanisms that it entered by the author, can guide us in the choice of either understanding. Thus, understanding and interpretation of the text depart from the

intention to grasp the meaning of the text in the interaction author/reader. There is great importance in the development of understanding/interpretation of texts for active training - with regard to social life, political and cultural - of the individual. This article opens, then, space for the possibility of systematic strategies with regard to how to organize the text.

Keywords: *Text. Interpretation. Understanding. Textual linguistics.*

Envio: Maio/2015

Aprovado para publicação: Junho/2016

VERBUM – CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267